



## O CONHECIMENTO LOCAL EM FACE DO ENEM: as implicações no ensino de Geografia do Piauí

Aline Camilo Barbosa

alinecamilo\_barbosa@hotmail.com

---

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI). Endereço: Rua Altos, nº 5551, Bairro Alto Alegre. CEP 64006-160. Teresina/PI

Josélia Saraiva e Silva

joseliasaraiva@yahoo.com.br

---

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI). Endereço: Campus Ministro Petrônio Portella, Bloco do CCE, sala 06. Bairro Ininga. CEP 64049-550. Teresina/PI

### RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo identificar as concepções e as práticas dos professores relacionadas com a disciplina de Geografia do Piauí, o interesse da investigação se dá pelo fato de que após a implementação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, esta disciplina deixou de ser alvo de avaliação. A metodologia contou com a construção da fundamentação teórica e pesquisa de campo, realizada nas escolas públicas estaduais do município de Teresina-PI. Os dados mostram que os professores reconhecem a importância do ensino de Geografia do Piauí para viabilizar a compreensão dos alunos acerca da escala geográfica local, porém parte dos professores não busca alternativas para amenizar o impacto que o ENEM vem trazendo para essa disciplina no Ensino Médio. Assim, salientamos a necessidade de mudança de postura dos professores com relação ao ensino de Geografia do Piauí, para tanto sugerimos a oferta de formação continuada sobre essa temática com ênfase no uso diversificado de material didático.

### PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Geografia. Conteúdos. ENEM. Geografia do Piauí.

## CONOCIMIENTO LOCAL EN CARA ENEM: las implicaciones para la enseñanza de la Geografía del Piauí

### RESUMEN

Este trabajo presenta los resultados de un estudio que tuvo como objetivo identificar las concepciones y las prácticas de los maestros en la disciplina Geografía del Piauí, el interés de la investigación se da por el hecho de que después de la aplicación del Examen Nacional de Educación Secundaria - ENEM, esta disciplina ya no es objeto de evaluación. La metodología consistió en la construcción de un fundamento teórico y investigación de campo hecha en las escuelas públicas del estado en la ciudad de Teresina-PI. Los datos muestran que los profesores reconocen la importancia de la enseñanza de la Geografía del Piauí para facilitar la comprensión de los estudiantes acerca de la escala geográfica local, sin embargo los maestros no buscan alternativas para mitigar el impacto que el ENEM está trayendo a esta disciplina en la escuela secundaria . Por lo tanto, hacemos hincapié en la necesidad de un cambio de actitud de los maestros con respecto a la enseñanza de la Geografía del Piauí, por lo tanto, se aconseja la provisión de educación continua sobre este tema, centrándose en el uso diversificado de materiales de enseñanza.

### PALABRAS CLAVE

Enseñanza de la Geografía. Contenido. ENEM. Geografía do Piauí.

### Introdução

Na primeira década do século XXI algumas mudanças podem ser observadas na estrutura da Educação Básica brasileira. Uma dessas modificações é protagonizada pelo advento do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Este exame tem sido um dos principais instrumentos utilizados para avaliar as transformações desse nível educacional e caracteriza-se pela busca de concretizar, no ensino, uma formação baseada em competências e habilidades. Além disso, essa avaliação é também uma “porta de entrada” para a maioria das universidades brasileiras, uma vez que sua nota é utilizada como pré-requisito para o acesso ao ensino superior por parte das universidades públicas. Das modificações proporcionadas pelo ENEM, a exclusão de estudos regionais, específicos para cada Estado da Federação, tem sido alvo de discussão entre os educadores, especificamente os professores de Geografia e História. Posicionamentos variados têm povoado a literatura sobre este assunto. Neste trabalho abordamos um aspecto importante desta problemática no que diz respeito à permanência dos conteúdos

de Geografia do Piauí no Ensino Médio da rede pública estadual de ensino piauiense, após o advento do ENEM.

O ENEM tem como matriz de referência um conjunto de competências e habilidades que devem fazer parte dos currículos educacionais do nível médio. Nos últimos anos esse exame vem tomando uma grande dimensão, visto que é o principal instrumento de análise do Ensino Médio. Segundo Hilário (2008, p. 97), essa prova tornou-se o termômetro desse nível educacional em 1998 onde “[...] pela primeira vez uma prova (exame) vai avaliar não o aluno da escola particular ou pública, mas o sistema educacional que se formou”. O ENEM é parte de mudanças realizadas no Ensino Médio, conforme anunciado nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio – PCN+ (2002a), documento que apresenta um novo formato para esse nível de educação, que deixa de ser um simples preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante para assumir necessariamente a responsabilidade de completar a educação básica (BRASIL, 2002a, p. 8-9).

Nesse contexto, o ensino de Geografia no Ensino Médio busca concretizar os conteúdos de aprendizagem que foram desenvolvidos no Ensino Fundamental, formando sujeitos capazes de reconhecer a importância da apropriação do espaço em suas diferentes escalas, considerando as suas diversas dimensões: social, técnica, política e ambiental. Assim, avalia-se que a proposta do ENEM pode provocar alterações no conteúdo das disciplinas desse nível educacional, enfatizando a necessidade de mudanças nos currículos escolares e nas práticas professorais, inserindo um ensino de Geografia que vai de acordo com as habilidades e competências exigidas pelo novo sistema de avaliação.

Entretanto, o conjunto de temas/contéúdos que são objeto desse exame não contemplam, de modo específico, os conteúdos de Geografia do Piauí, sendo estes de fundamental importância para compreender a organização do espaço geográfico piauiense. Acreditando nessa perspectiva, consideramos importante que o aluno compreenda as relações existentes envolvendo homem e natureza no seu lugar de origem e principalmente apreenda que é parte do processo de transformações desse espaço.

Essas considerações suscitaram a realização de uma pesquisa de conclusão de curso no âmbito da graduação em Geografia. Nela discutir a problemática que envolve o ensino de Geografia do Piauí no nível Médio. Com isso, questiona-se: Quais concepções e práticas existem no grupo de professores das escolas públicas estaduais do município de Teresina-PI com relação à permanência dessa disciplina no Ensino Médio? O advento

do ENEM alterou essas concepções e práticas? A metodologia para a pesquisa contou com a construção do referencial teórico e pesquisa de campo, a última sendo realizada em nove escolas públicas estaduais do município de Teresina-PI. No campo foram aplicados questionários, com questões abertas e fechadas, junto aos professores de Geografia dessas escolas. As questões abertas tiveram como tratamento analítico o uso da técnica de análise categorial (BARDIN, 2006). Assim, iniciamos o trabalho apresentando: um breve histórico do ENEM; a Geografia no contexto do Novo Enem; Currículo de Geografia do Estado do Piauí; e finalizaremos com a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo.

### Implantação do ENEM como avaliação do Ensino Médio brasileiro

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado pela Portaria Ministerial nº. 438 de 28 de maio 1998 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso como parte de uma das políticas de reformas educacionais daquele governo. Na Portaria Ministerial que constitui o ENEM ficou definido que o planejamento e a operacionalização ficariam a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (MEC-PORTARIA MINISTERIAL 438/1998).

A adesão a essa avaliação se dá de forma voluntária para os alunos egressos do Ensino Médio ou concluintes. O desempenho do aluno é verificado conforme o que estabelece a Matriz de Competências especialmente desenvolvida para estruturar o exame que, em 1998, resumia-se a 21 habilidades organicamente articuladas a cinco competências. A prova era composta de duas partes: uma com 63 questões objetivas de múltipla escolha e a outra uma redação, sendo que cada uma das partes valia 100 pontos.

Segundo o Documento Básico 2000 (2002b, p. 5), o ENEM objetivava “[...] avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania”. Tinha como base fundamental três objetivos específicos:

- a. oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua autoavaliação com vista às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- b. estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;

c. estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior (BRASIL, 2002b, p. 7-8).

Contudo, o ENEM distingue-se dos outros sistemas de avaliação propostas pelo Ministério da Educação, pois “[...] centra-se na avaliação de desempenho por competências e vincula-se a um conceito mais abrangente e estrutural de inteligência humana” (BRASIL, 2002b, p. 6). Esta concepção é inspirada na corrente construtivista da psicologia da educação apoiada principalmente no seu representante Jean Piaget. As questões do ENEM são estruturadas de maneira em que os alunos possam solucionar problemas, buscando habilidades para compreender os eventos que ocorrem no seu cotidiano, construindo continuamente o seu próprio conhecimento. Como enfatiza o INEP (2005, p. 7):

O modelo de avaliação do Enem foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória, que, importantíssima na constituição dessas estruturas, sozinha não consegue fazer-nos capazes de compreender o mundo em que vivemos.

Diante disso, um dos propósitos principais do exame é fazer com que os jovens compreendam novas possibilidades de alcançar a construção do conhecimento que perpassa pela autonomia de julgamento e de ação, atitudes e valores (BRASIL, 2002b, p. 6). Os resultados dessa avaliação externa vêm sendo utilizados, desde sua criação, pelas instituições de ensino superior em seus processos seletivos, seja de forma complementar ou substitutiva. Além dessa função:

O Enem tem, ainda, papel fundamental na implementação da Reforma do Ensino Médio, ao apresentar, nos itens da prova, os conceitos de situação-problema, interdisciplinaridade e contextualização, que são, ainda, mal compreendidos e pouco habituais na comunidade escolar (INEP, 2005, p. 8).

No ano de 2002 ocorreram novas eleições presidenciais no Brasil sendo eleito Luís Inácio Lula da Silva. Em seu mandato, realizou-se algumas mudanças nas políticas educacionais do país, dentre elas, constavam alterações no ENEM, visto que essa avaliação tinha como foco o produto final e não o processo educativo, conforme relatório apresentado por esse governo.

Segundo Melo (2013), uma das primeiras mudanças proposta pelo governo foi a ampliação do ENEM e, em 2005, vincula-o a concessão de bolsas do Prouni – Programa Universidade para Todos. O Prouni foi institucionalizado pela Medida Provisória n.º. 213,

de 10 de setembro de 2004, e posteriormente pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais ou parciais para estudantes de cursos de graduação ou sequenciais de formação específica em instituições privadas de Ensino Superior (LERINA, 2013b). Esse fato ocasionou um aumento nas inscrições de estudantes para prestarem o exame chegando próximo de três milhões de inscritos naquele ano.

No ano de 2009, o MEC, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira – INEP, propôs a reformulação do exame através da Portaria nº. 109 do INEP, de 27 de maio de 2009. De acordo com essa portaria o exame passou a ser aplicado em dois dias sendo estabelecidas as seguintes mudanças estruturais:

Art. 13. O exame constituir-se-á em 04 (quatro) provas, contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, versando sobre as várias áreas de conhecimento em que se organizam as atividades pedagógicas da Educação Básica no Brasil e uma proposta para redação. § 1º. As 04 (quatro) provas serão estruturadas nas seguintes áreas do conhecimento: - Prova I - Ciências Humanas e suas Tecnologias; - Prova II - Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Prova III - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; - Prova IV - Matemática e suas Tecnologias; (INEP. PORTARIA Nº 109/2009, p. 4).

Essa mudança estrutural propõe uma articulação entre as disciplinas, visando alcançar a interdisciplinaridade. Além disso, Melo (2013, p. 207) ressalta que houve alterações na organização:

No que diz respeito à organização, a prova passou a ter um novo formato, substituindo o modelo antigo de cinco matrizes de competências e 21 habilidades para um sistema que mantinha as cinco competências, alterando o nome para eixos cognitivos e definindo matriz de competências para cada área de conhecimento. Além disso, as áreas de conhecimento passaram a se organizar a partir das suas competências – entre seis e nove – trinta habilidades correspondentes.

A mudança de 2009 também agregou outras funções ao exame que a partir de então passou a ter como um dos seus objetivos “[...] V - promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos do artigo 38, § 1º e 2º da Lei nº. 9.394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)” (INEP-PORTARIA Nº. 109/2009, p. 1). A certificação passa a ser requerida pelo candidato independente deste ter frequentado ou não as escolas regulares ou Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Além de certificação do Ensino Médio, o ENEM passou a ser utilizado como forma de seleção nos processos de ingresso nas universidades públicas federais por meio do Sistema de Seleção Unificada – SiSU. O SiSU foi desenvolvido pelo MEC para

selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que passaram a utilizar a nota ENEM como única fase de seu processo seletivo. Esse sistema é informatizado, gerenciado pelo MEC e a participação das instituições públicas e gratuitas de ensino superior é opcional, sendo a opção formalizada pelo Termo de Adesão. As regras de preenchimento desse termo constam da Portaria Ministerial MEC nº. 21, de 5 de novembro de 2012. Um aspecto importante da crescente adesão das universidades públicas a essa seleção é destacado por Lerina (2013b, p. 69): “As instituições públicas que aderem ao SiSU recebem recursos diferenciados do governo em relação às que não participam”. Talvez essa seja uma explicação plausível que justifique a gradual adoção desse sistema pelas universidades públicas do país.

Como visto, o ENEM, além de ter como objetivo principal verificar o desempenho da educação brasileira e definir prioridades para melhoria educacional, assumiu outras funções como: certificação do Ensino Médio e forma de ingresso nas universidades públicas. No ano 2013 o Novo ENEM passou a ser critério para a Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec). O Sisutec é uma das possibilidades de acesso ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), programa que amplia a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Além dessas finalidades, o ENEM também é um dos critérios para seleção de bolsas de intercâmbio em universidades estrangeiras através do Programa Ciência Sem Fronteiras. A última novidade (2014) do ENEM é sua adesão pela Universidade de Coimbra em Portugal, dando aos brasileiros mais uma opção de graduação, agora fora do país. Como se observa, o Novo ENEM agrega várias funções que segundo Carneiro (2012, p. 31) “Transformou-se em prancha para surfar em todo tipo de onda!”.

## A Geografia no contexto do novo ENEM

O ENEM subdivide o conhecimento em áreas tais como: Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; Linguagens, códigos e suas tecnologias. O ENEM apresenta cinco eixos cognitivos comuns a todas as áreas: dominar a linguagem; compreender fenômenos; enfrentar situações-problema; construir argumentação e elaborar propostas. Essas são as competências básicas ou transversais que devem compor todas as áreas de conhecimento. A Geografia insere-se na área das Ciências Humanas e suas Tecnologias,

que compreende as áreas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia de forma interdisciplinar e tem como referência um conjunto de seis competências e trinta habilidades.

Segundo Lerina (2013b, p. 45) “Por ser uma proposta interdisciplinar, a Geografia encontra-se diluída na parte referente às Ciências Humanas, que, sob a nossa ótica, parece ter sido pensada, principalmente, para a disciplina de História”. Castrogiovanni (2012) afirma que é possível encontrar também competências da Geografia na matriz das Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

O ENEM avalia os conhecimentos geográficos dos alunos por meio de competências e habilidades que devem ser desenvolvidas com o ensino da Geografia na educação básica. Assim, as 45 questões que envolvem a prova da área das Ciências Humanas e suas Tecnologias são constituídas de diversas situações-problema que envolvem a Geografia. Essas questões se caracterizam pelo contexto atual e por apresentarem a interdisciplinaridade, pois segundo Lerina (2013a, p. 217) “[...] hoje interessa ao sujeito aluno saber utilizar os conhecimentos aprendidos na escola em contextos variados, aplicando-os à resolução de problemas em situações reais”.

Observamos em nossa pesquisa que esse formato de avaliação pode provocar alguma mudança no ensino de Geografia, pois esse modelo de prova atual apresenta como objetivo tornar o aluno sujeito participante da construção do conhecimento, capaz de lidar com situações cotidianas, superando a perspectiva reducionista de um ensino baseado principalmente na memorização de situação e fatos. Assim buscamos refletir sobre esses aspectos tendo como pano de fundo a geografia ensinada nas escolas da rede pública estadual do município de Teresina-PI.

## A presença da Geografia do Piauí no currículo oficial do Estado

O documento que orienta a organização curricular do estado do Piauí são as Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Piauí (2013). Este documento foi produzido pela Secretaria Estadual de Educação e sistematiza as bases conceituais do processo de ensino-aprendizagem para o Estado. Esse documento apresenta, por área de conhecimento, o que deverá ser aprendido, o que deverá ser ensinado, como deverá ser ensinado e o que deverá ser avaliado em cada etapa do Ensino Médio. Dessa forma, a disciplina de Geografia compreende áreas de



conhecimento do grupo das Ciências Humanas, como orienta a Matriz de Referência do ENEM (2009).

Analisando os conteúdos de Geografia que compõe o documento, observamos que em todas as etapas do Ensino Médio a Geografia compreende os conteúdos obrigatórios, conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000). Apresenta também em seu conjunto os assuntos relacionados à Geografia do Piauí, no qual dialoga com os demais contextos geográficos exigidos para cada etapa do Ensino Médio.

É importante alertar que a disciplina de Geografia do Piauí não aparece nas Diretrizes Estaduais de modo isolado, mas suas temáticas são contempladas em conjunto com os demais assuntos geográficos estabelecidos para cada série. Obedece, dessa maneira, às exigências da Lei Ordinária Estadual do Piauí nº. 5.359 de 11/12/2003 que regulamenta a obrigatoriedade do ensino de História e Geografia do Piauí nas escolas públicas e privadas do Estado.

Dessa maneira, a Diretrizes Curriculares do Estado do Piauí (2013) deixa subentendido que independente da escola estabelecer ou não no seu currículo a disciplina de Geografia do Piauí, o professor deve incluir em suas aulas discussões sobre o espaço geográfico piauiense, cumprindo, assim, as exigências estabelecidas pela Lei Ordinária Nº 5.359 de 11/12/2003 e o Art. 26 da LDB nº 9.394/96, segundo os quais os estabelecimentos educacionais devem implementar um currículo ou matriz curricular que contenha conteúdos de base nacional comum e uma parte diversificada, para garantir o ensino dos aspectos locais aos alunos.

## Os conteúdos de Geografia do Piauí na prática dos professores

No percurso do texto apresentamos um breve histórico do ENEM e identificamos as transformações que essa avaliação sofreu ao longo dos anos, como também foram apresentadas considerações sobre o currículo de Geografia no Estado Piauí. Na tentativa de alcançar o objetivo que foi estabelecido para o presente trabalho apresentaremos a seguir os resultados da pesquisa de campo realizada com professores nas escolas públicas estaduais do município de Teresina-PI.

A pesquisa de campo foi realizada no segundo semestre de 2014. Foram visitadas nove escolas públicas estaduais de diferentes zonas administrativas da cidade de Teresina, todas localizadas na área urbana e com ofertas de Ensino Médio Regular.

Quanto aos sujeitos pesquisados foram 15 professores. Com os resultados obtidos através do questionário foi possível caracterizar o perfil dos sujeitos da pesquisa, no que se refere ao sexo, faixa etária, tempo de magistério, formação acadêmica, pós-graduação entre outras informações gerais. Dessa forma, o questionário utilizado no levantamento de dados mostrou que 53% dos professores eram do sexo masculino e 47% do sexo feminino, com idades entre 31 e 53 anos, predominando as faixas etárias de 31 a 40 anos, correspondendo a 67% dos professores pesquisados.

Quanto ao tempo de magistério dos docentes pesquisados, 93% possuíam de 11 a 20 anos de magistério e 7% tinham de 21 a 30 anos. Esse dado é importante, pois permite inferir que grande parte dos professores vivenciaram as transformações do ENEM. Todos os sujeitos pesquisados eram licenciados em Geografia, sendo 53% graduados pela Universidade Estadual do Piauí; 40% habilitados pela Universidade Federal do Piauí e 7% em outras instituições. Desse total de professores, 80% possuíam especialização, principalmente na área de educação, e 20% não tinha nenhuma pós-graduação. Os dados da pesquisa mostraram ainda que a maioria dos professores de Geografia lecionava em mais de uma escola Estadual.

Dentre os pesquisados, observamos que 33% consideraram o ENEM uma boa forma de avaliar a educação básica; 60% assinalaram que a avaliação era boa em parte e 7% não aprovavam o ENEM como avaliação do Ensino Médio. Questionamos aos professores se em suas práticas docentes estes aplicavam ou tinham como objetivo atingir às competências exigidas pelo ENEM para a disciplina de Geografia. Os dados apontaram que 67% deles buscavam essa meta enquanto 33% não viam a necessidade de alcançá-las. Consideramos esse quantitativo bastante significativo indicando que o ENEM norteia, portanto, as práticas desses professores.

Através do questionário verificamos quais aspectos os professores consideravam positivos no ENEM (Tabela 1):

**Tabela 1** - Aspectos do ENEM considerados positivos pelos professores de Geografia pesquisados

| <b>Alternativas</b>                                      | <b>Frequência absoluta</b> |
|--|----------------------------|
| <b>Estabeleceu uma nova Matriz de Referência</b>         | 11                         |
| <b>Avalia melhor o aluno para entrar na Universidade</b> | 3                          |
| <b>Aumentou o número de questões de 63 para 180</b>      | 1                          |
| <b>Definiu a Geografia como componente curricular</b>    | 0                          |
| <b>Outros</b>  | 0                          |
| <b>Total</b>   | <b>15</b>                  |

Fonte: Pesquisa direta (2014).

Como podemos observar, onze professores, dado correspondente a 73% dos entrevistados, consideraram como o aspecto positivo mais importante do ENEM o fato deste ter definido uma Nova Matriz de Referência onde estão estabelecidas as competências e habilidades exigidas por essa avaliação. Em segundo lugar, 20% (três professores) acreditam que o Exame avalia melhor o aluno para ingressar na Universidade. O terceiro aspecto apontado como relevante, sendo apontado por um professor (7% dos entrevistados), corresponde ao aumento no número de questões nessa avaliação. Este resultado revela certa dificuldade dos professores em conseguir interferir de modo consciente na produção do currículo escolar, o fato de haver uma determinação ou uma definição verticalizada lhes parece bastante útil. Observamos que havia alternativas que remetiam, por exemplo, às finalidades do Ensino Médio, mas estas não foram consideradas pelos pesquisados.

Em outra questão foi perguntado aos pesquisados sobre a importância do papel do ENEM na vida escolar do aluno. Estes foram unânimes em dizer que o principal benefício era “entrar na universidade”. Desse modo, foi possível observar que o ENEM não é considerado pelos professores como um fator avaliativo, mas apenas como uma prova substituta dos vestibulares. Carneiro (2012) corrobora com essa percepção e critica a ação do ENEM. Para Carneiro esse exame se tornou não uma avaliação da situação da Educação Básica, mas apenas substituiu os antigos vestibulares para ingresso em cursos de graduação superior. Assim:

Pode-se dizer que a partir de 2009, com novas funções atribuídas ao Enem, este deixou definitivamente a educação básica de lado, à medida que reforça a avaliação voltada para substituir o vestibular e, não para a vida concreta do aluno trabalhador e do aluno eventual desempregado. Serve tão somente para aferir níveis de conhecimento exigidos do pré-universitário (CARNEIRO, 2012, p. 32).

Esse aspecto destacado por Carneiro (2012) também aparece na pesquisa, haja vista que foi perguntado aos professores sobre a média do ENEM alcançado pela escola em que atuavam. Nenhum dos professores soube responder a esta questão. Muitos não recordavam da nota e outros disseram que a Secretaria Estadual de Educação do Piauí – SEDUC-PI não divulgou as notas para as escolas. Com isso, observamos que os professores não tinham a preocupação de observar o desempenho dos alunos no exame, ou seja, esse aspecto propriamente avaliativo não foi considerado significativo pelos pesquisados, pois não balizavam suas ações enquanto profissionais do ensino.

Ainda sobre os aspectos gerais da avaliação do ENEM averiguamos quais eram as dificuldades sentidas pelos professores em torno dessa prova (Quadro 1). Na análise, as respostas foram agrupadas em três categorias de dificuldades: Metodológica; Habilidades e Competências e o Tempo. Ressaltamos que tivemos professores que disseram não apresentar dificuldades e outros não responderam a esse questionamento.

**Quadro 1-** Dificuldades apresentadas pelos professores em torno da prova do Enem.

| <b>Categoria</b>                   | <b>Frequência (Nº absoluto)</b> | <b>Respostas</b>  |
|------------------------------------|---------------------------------|---|
| <b>Habilidades e Competências</b>  | <b>04</b>                       | <p>“Adequar as habilidades e competências à realidade do aluno” (Professor José, 39a, 15tm).</p> <p>“É trabalhar as habilidades e as competências dentro do contexto da geografia, ou seja, nas escalas local, regional e global” (Professora Desterro, 39a, 10tm).</p> <p>“As habilidades e competências não direcionam para o ensino da geografia local” (Professora Francisca, 34a, 14tm).</p> <p>“Fazer com que os alunos alcancem as habilidades almejadas em torno das competências proposta pelo exame” (Professora Livramento, 31a, 11tm).</p>  |
| <b>Tempo</b>                       | <b>04</b>                       | <p>“Pouco tempo para ministrar todos os assuntos da disciplina” (Professor Edson, 37a, 14tm).</p> <p>“O maior problema é o tempo, porque além dos conteúdos do currículo temos os conteúdos da prova do Enem” (Brito, 37a, 14tm).</p> <p>“O tempo é reduzido para ministrar o que a avaliação cobra” (Professor Afonso, 42a, 18tm).</p> <p>“Muito conteúdo para pouco tempo” (Professor Paulo, 36a, 12tm).</p>  |
| <b>Metodológica</b>                | <b>03</b>                       | <p>“A metodologia da prova não me agrada principalmente relacionada à elaboração das questões, com isso tenho dificuldades em repassar o conteúdo cobrado” (Professora Carmo, 40a, 20tm).</p> <p>“A elaboração da prova e sua metodologia é um problema, os alunos nem leem as questões, mesmo sendo às vezes simples a resposta, dessa forma nosso trabalho em sala de aula é em vão” (Professora Conceição, 50a, 20tm).</p> <p>“A metodologia que a prova cobra é minha dificuldade, as questões estão distantes do nível de educação oferecido pelas escolas públicas” (Professora Vitória, 41a, 20 tm).</p> |
| <b>Não apresentam dificuldades</b> | <b>02</b>                       | <p>“Não vejo dificuldades alguma” (Professor Luiz, 38a, 18tm).</p> <p>“Nenhuma” (Professor Cesar, 45a, 18tm).</p>   |
| <b>Não responderam</b>             | <b>02</b>                       | <p>(Professora Remédios, 53a, 29tm).</p> <p>(Professor Pedro, 36a, 17tm).</p>   |

Fonte: pesquisa direta (2014)

Observamos que os professores apresentam dificuldades significativas em relação ao ENEM. Eles mencionam questões metodológicas do exame, mas em consonância com elas exprimem que a observância das competências e habilidades é um obstáculo importante a ser vencido, principalmente quando dizem não saber aplicá-las na vida cotidiana do estudante de Ensino Médio. Consideram também o tempo disponível para disciplina insuficiente para possibilitar a execução dos conteúdos exigidos pela matriz de referência.

Buscamos, então, identificar aspectos relacionados aos conteúdos de Geografia do Piauí. Perguntamos aos professores se estes consideram essa disciplina importante. Entre as respostas obtidas, 93% consideravam a disciplina importante, somente um professor (7% dos entrevistados) apresentou discordância. Complementando essa questão, perguntamos se a disciplina existia no currículo da escola em que trabalhavam. Os resultados mostram que 47% das escolas apresentam no seu currículo a disciplina de Geografia do Piauí e 53% delas não incluem essa disciplina no currículo. Esses dados revelam que um percentual significativo de escolas está descumprindo a Lei Ordinária Nº. 5.359 de 11/12/2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Geografia do Piauí nas escolas públicas e privadas do Estado. Esta lei é também corroborada pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Piauí, que apresenta conteúdos de Geografia do Piauí nas três etapas do Ensino Médio.

Sobre a modificação do ENEM como pré-requisito de ingresso aos cursos de graduação, questionamos aos professores se essa mudança influenciou no ensino dos conteúdos de Geografia do Piauí nas escolas do Estado. Das respostas obtidas, 73% dos professores afirma que tal mudança teve influência direta nos conteúdos do ensino de Geografia do Piauí, ao passo que 27% afirmaram não ter percebido nenhuma alteração do currículo no que se refere aos aspectos da geografia em escala local. Esses dados corroboram com o anterior no sentido de confirmar a nossa hipótese segundo a qual os conteúdos avaliados pelo ENEM tornam-se, na prática, o currículo que orienta o processo educativo nas escolas de Ensino Médio.

Os respondentes foram então solicitados a indicar as características dessa influência. Observamos que para 73% deles há uma influência negativa do ENEM com relação ao ensino de Geografia do Piauí. Organizamos essa característica em três categorias: (1) perda de importância, nela está contida as opiniões dos professores que retratam que a disciplina de Geografia do Piauí perdeu a importância com o advento do ENEM, pois o exame prioriza os aspectos globais em detrimento dos locais; (2) exclusão

do currículo, nesta está contida as falas dos professores que relataram sobre a retirada da disciplina de Geografia do Piauí do currículo das escolas; (3) ausência de contextualização, nesta categoria classificou-se os relatos dos professores que defendem o quanto é importante a disciplina de Geografia do Piauí para a contextualização das diferentes escalas geográficas. Dois professores não justificaram suas respostas.

Essa classificação revela a perda de importância da Geografia do Piauí no processo de ensino aprendizagem dos alunos, fato explicitado na fala da professora Vitória:

Eu ministro a disciplina de Geografia do Piauí há muitos anos e o que percebo é que os alunos me questionam por que essa disciplina ainda existe, se o objetivo é passar no Enem. Além disso, somos cobrados pelos gestores os números de aprovações. Dessa forma o horário da disciplina existe mais na teoria do que na prática (PROFESSORA VITÓRIA, 41a, 20tm).

As palavras da professora reafirmam que o ENEM influencia diretamente no ensino de Geografia do Piauí, ela revela que os alunos questionam por qual motivo essa disciplina ainda faz parte do currículo das escolas, já que desconhecem a importância de compreender a sua realidade. Contudo, é possível perceber que os professores também são responsáveis pela redução do prestígio dessa disciplina, pois não conseguem relacionar o conhecimento de escala local com as habilidades e competências exigidas pela Geografia na prova do ENEM. Alguns professores (27%) disseram que o ENEM não influenciou na manutenção ou retirada do ensino de Geografia do Piauí nas escolas estaduais. Em suas justificativas mostram que é possível fazer com que os aspectos da Geografia regional sejam utilizados para alcançar as habilidades e competências exigidas por esse exame.

As falas a seguir ilustram como os professores adequam o conteúdo dessa disciplina para alcançar as habilidades e competências exigidas no ENEM.

Insiro a Geografia do Piauí dentro do contexto global da Geografia, tentando fazendo uma ponte entre os conteúdos e alcançar o que a matriz de referências exige (VITÓRIA, 41a, 20tm).

Contextualizando, ou mesmo inserindo conteúdo da Geografia do Piauí com os conteúdos da Geografia Geral (DESTERRO, 39a, 10tm). Interpretando mapas, texto, tabelas, gráficos que envolvam tanto aspectos globais como locais. (LUIZ, 38a, 18tm).

Como é possível observar nos depoimentos dos docentes, o conteúdo de Geografia do Piauí pode ser trabalhado de diversas maneiras para alcançar as habilidades e competências necessárias para a prova do ENEM. Um bom exemplo é o do Professor Luiz (38a, 18tm), que trabalha com a interpretação de mapas locais. Dessa forma, os discentes terão mais facilidade para compreender diferentes elementos de um mapa e a partir do momento que o aluno tem essa habilidade desenvolvida será capaz de interpretar mapas que não fazem parte de sua realidade, pois aprenderam a reconhecer os diferentes elementos que o compõe.

De acordo com as categorias elaboradas a partir da opinião dos professores, ao substituir o vestibular tradicional das universidades públicas do Estado, o ENEM ocasionou mudanças na prática dos professores quanto ao ensino de Geografia do Piauí. Como apresentado anteriormente, a maioria dos professores consideram essa uma disciplina importante visto que facilita a compreensão das demais escalas geográficas, entretanto consideram que essas mudanças em torno da avaliação fizeram com que a disciplina perdesse sua importância no currículo escolar vindo a ocasionar o desinteresse por seu conteúdo tanto por parte dos alunos como dos professores.

Os relatos dos professores encaminham-se na direção do pensamento de Carneiro (2012), segundo o qual a partir do momento em que o ENEM desconsidera a parte diversificada do currículo mostra que o Estado brasileiro não está preocupado com a contextualização no ensino, pois ao estudar o lugar de origem os alunos têm essa escala como palco primeiro de referências socioculturais e científicas. Assim, numa análise geral, o ensino de geografia regional, no caso da Geografia do Piauí, está sendo reduzido nas escolas públicas estaduais do município de Teresina e entre as causas está a adesão das universidades a esse exame classificatório por meio SiSu/ENEM.

## Considerações finais

No percurso desse trabalho pudemos observar as transformações do Exame Nacional do Ensino Médio e seus impactos que ocorrem especificamente nos anos finais da educação básica. Essa pesquisa nos oportunizou analisar qual a repercussão do exame com relação aos estudos de Geografia Regional com o caso específico da Geografia do Piauí. De modo sintético, pode-se afirmar que os professores conhecem o ENEM e suas funções, sendo que grande parte aprova essa avaliação. Em relação à disciplina de Geografia do Piauí a maioria dos professores reconhece a importância desse conteúdo

apresentando diferentes argumentos. Entretanto a disciplina possui carga horária reduzida, sendo que em algumas escolas ela está ausente do currículo.

Os dados nos permitiram constatar que mesmo os professores reconhecendo a importância do ensino de Geografia do Piauí para a compreensão dos alunos sobre a escala geográfica local, grande parte não está procurando alternativas para amenizar o impacto que o ENEM vem trazendo para essa disciplina no Ensino Médio. Uma questão preocupante, visto que autores como Callai (2012) nos apresenta que a escala local é o primeiro passo para compreensão das demais escalas geográficas. Salientamos assim, a necessidade de mudança de postura dos professores com relação ao ensino de Geografia Regional, bem como a construção de alternativa para a aprendizagem das competências e habilidades exigidas pelas matrizes curriculares do Estado. Ressaltamos a necessidade de formação continuada cuja temática esteja voltada para o ensino de Geografia do Piauí no sentido de minimizar o impacto ocasionado pelo advento do ENEM. Observamos, ainda, que a diversificação de abordagem metodológica, associada a um material didático diversificado e voltado para temáticas do Piauí que também são nacionais, auxiliariam na consecução dessas finalidades e conseqüentemente na diminuição desse impacto. Por fim, esperamos que esta pesquisa contribua para que novas pesquisas sejam realizadas para melhor aprofundamento sobre o assunto.

## Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006. 281p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1999). **Exame Nacional do Ensino Médio**: Documento Básico 2000. Brasília: 2002b, INEP. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000116.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013a. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_8.ed.pdf?sequence=13](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_8.ed.pdf?sequence=13)> Acesso em: 04 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Médio**. Brasília – DF. 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica 2013**. Estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras. Brasília: 2013b. p. 562. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/157850714/Diretrizes-Educacao-Basica-2013>> Acesso em: 08 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio – PCN+**. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002a.



\_\_\_\_\_. **Portaria N° 438, de 28 de maio de 1998.** Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Brasília: MEC, 1998.

CALLAI, Helena. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.); CALLAI, Helena; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p.71-114.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O nó do Ensino Médio.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 285p.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; PEREIRA, Paola Gomes Pereira. CF. Ensino de Geografia no Ensino Médio: documentos oficiais/caminhos autorais. Rev. Traj. Mult. Ed. Esp. **XVI Fórum Internacional de Educação**, ano 3, ago/2012.

HILÁRIO, Rosangela Aparecida. O ENEM como indutor de políticas públicas para melhoria da qualidade do Ensino Médio. **Cadernos de Pós-Graduação - Educação**, São Paulo, v.7, p. 95-107, 2008. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/cadernosdepos/article/viewFile/1912/1491>> Acesso em: 24 jan. 2014.

INEP. **ENEM: fundamentação teórico-metodológica.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Brasília: MEC/INEP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Portaria N° 109, de 27 de maio de 2009.** Estabelece a sistemática para a realização 164 do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009 (Enem/2009) como procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania. Brasília: MEC, 2009.

LERINA, Marcos Irineu Klausberger. Elementos para uma reflexão: pedagógica uma aproximação entre os fazeres pedagógicos no ensino da Geografia e o desafio do Enem. In: TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André; HOLGADO, Flavio Lopes (Org.). **Ensino da Geografia e da história: Saberes e fazeres na Contemporaneidade.** Porto Alegre: Evangraf: UFRGS/FACED, 2013a. p.215-233.

\_\_\_\_\_. **Ensinar Geografia em tempos de complexidade: a práxis pedagógica e os desafios frente ao ENEM.** 252 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013b. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/83297/000906060.pdf?sequence=1>> Acesso em: 24 jan. 2014.

MELO, José Ernesto. Seu futuro passa por aqui: Enem como política avaliativa. In: TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André; HOLGADO, Flavio Lopes (Org.). **Ensino da Geografia e da história: Saberes e fazeres na Contemporaneidade.** Porto Alegre: Evangraf: UFRGS/FACED, 2013. p.195-214.

PIAUI. **Lei Ordinária N° 5.359 de 11/12/2003.** Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Geografia do Piauí nas escolas públicas e privadas. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12958>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. SEDUC. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Piauí** (2013).

PORTAL Ciência Sem Fronteiras. **Regras para concorrer à bolsa de intercâmbio.** Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/home>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

Recebido em 10 de junho de 2016.

Aceito para publicação em 13 de fevereiro de 2017.